



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª. REGIÃO

**ATA DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DO SISTEMA DE
GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS E
JUDICIÁRIAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO – E-GESTÃO – 1º e 2º GRAUS
DO TRT DA 2ª. REGIÃO.**

Aos 26 de junho de 2018, às quatorze horas, no 6º andar da Unidade Administrativa I, foi realizada reunião do Comitê Gestor Regional do Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho – e-Gestão – 1º e 2º Graus do TRT da 2ª. Região, com a presença dos seguintes membros do Comitê: Jomar Luz de Vassimon Freitas, Desembargador do Trabalho, Roberta Carolina de Novaes e Souza Dantas, Juíza do Trabalho Substituta, Rita Cristina Guenka, Diretora de Secretaria da 48ª. Vara do Trabalho de São Paulo, Gustavo Miranda da Silva, Diretor da Coordenadoria de Estatística e Gestão de Indicadores, Michele Vieira Campos, Analista Judiciário e Jefferson dos Santos Félix, Analista Judiciário – TI, Maurício Aparecido Accorinti, Analista de TI. Ausentes justificadamente Jomar Luz de Vassimon Freitas, Milena de Almeida Sena. Foram abordados os seguintes pontos e tomadas as seguintes deliberações:

1. Desativação da 1ª Vara do Trabalho de Cubatão

O CSJT enviou e-mail à Assessoria Estatística questionando o motivo de ainda termos dados da 1ª VT de Cubatão no sistema e-gestão, dado que a vara foi desativada em 03/05/2017. Sugeriu o procedimento a ser adotado para efetuar a correção.

Felix (TI) adotou o procedimento, mas o extrator do PJe tem um job chamado obter_varas_ativas que lista todas as varas PJE que tiveram, em algum momento, distribuição do processo, não importando o período.

João Paulo (CSJT) disse que executando o procedimento resolveria o problema e para aguardar a próxima carga (fevereiro) para verificar se a alteração surtiu efeito. Na carga de fevereiro continuam aparecendo movimentação de processos. (SAP e PJE).

Como última tentativa de resolver a demanda, no início deste mês foi solicitada uma nova carga das tabelas bases do e-Gestão, onde parece estar ocorrendo problema de sincronismo. Segundo o TST, poderemos conferir se resolveu o problema na próxima remessa mensal.

A carga de março/2018 continua com dados na 1ª Vara de Cubatão. (Exemplo: Itens 56, 342, 375, 32, 11...). E-mail enviado ao TST em 09/04/18.

Em 23/04 chegou o seguinte e-mail do TST:

"Analisando os dados da 1a VT de Cubatão nos chama atenção o fato de, apesar de ter sido desativada em Maio/2017, ela continuar tendo registros de eventos no período de apuração em 2018.

Por que isso acontece? Os processos da Vara não foram redistribuídos?"

Vejo que existem 2 números diferentes de órgão estatística e que as coisas continuam acontecendo na 1ª VT de Cubatão como se ela continuasse existindo. Como isso é possível? Entendo que isso precisa ser verificado.

Foi deliberado pelo envio da seguinte resposta ao CSJT: Existem processos da vara em fase de recurso no 2G que não podem ser redistribuídos enquanto não forem baixados à origem. Deste modo, a unidade acaba por receber processos baixados do 2G que são redistribuídos para as demais unidades tão logo são recepcionados.

Informo que não há funcionalidade no PJe que viabilize a distribuição destes processos enquanto estejam em tramitação no 2G, razão pela qual a unidade acaba por apresentar registros de processos na forma como mencionada.

A situação será resolvida integralmente quando os processos remanescentes do 2G forem integralmente baixados.

Em 09.05 o CSJT respondeu:

Agora está claro o motivo. Embora a situação seja estranha, já que a Vara não existe mais. Nesse caso, não há o que fazer. Teremos que aguardar o fim desses processos.

2. Processos pendentes de conclusão – item 2145

Os processos 0084500-39.2009.5.02.0313, 0000282-57.2010.5.02.0341 e 0073900-82.2009.5.02.0078 foram distribuídos à relatora, Dra. Cândida, em 03/12/2010, não foram conclusos e em seguida foram baixados ao primeiro grau para conciliação.

Pela regra de negócio do item 2145, a baixa não retira o processo do item. No entanto, todos foram já arquivados no 1º grau.

Dúvidas:

Devemos alterar a nossa regra do item 2145 para que a baixa retire a pendência deste item a despeito do estabelecido na regra de negócio? O arquivamento definitivo no 1º grau não

deveria tirar a pendência de todos os processos, inclusive no 2º grau? Devo pedir para o gabinete desarquivar o processo e efetuar a conclusão?

Deliberou-se pela alteração do item 2.145 (processos pendentes de conclusão) para que a baixa ao 1º grau retire os processos deste item. Entretanto, também foi decidido que o envio do processo ao 2º grau faça com que o processo volte a figurar no item.

3. Feriados no SAP1 e SAP2

Os feriados de 2018 não estão cadastrados no sistema SAP1 e SAP2.

Deliberou-se que os feriados serão cadastrados até hoje (26.06.2018) pela área responsável.

Deliberou-se pelo reenvio de todas as cargas de 2018 para correção dos itens afetados.

4. Processos pendentes de julgamento 2.198 – SAP G

Atualmente no sistema SAP-G são considerados os seguintes movimentos para baixar os processos são:

- 47 Enviado para o arquivo geral
- 74 Processo indeferido liminarmente
- 75 Processo julgado extinto
- 158 Processo transportado
- 225 Resultado de Julgamento
- 201 PROCESSO CANCELADO
- 464 Juntada a petição de Embargos de Declaração
- 465 Juntada a petição de Agravo Regimental
- 466 Juntada a petição de Agravo
- 203 Arquivamento provisório

Alguns setores questionaram que alguns outros movimentos devem ser considerados.

Deliberou-se pela inclusão dos seguintes movimentos:

- 74 Processo indeferido liminarmente;
- 75 Processo julgado extinto;
- 80 Processo solucionado por desistência de ação;
- 46 - Enviado ao TST digitalizado;
- 113/225 - Resultado do julgamento;
- 76 - Julgado improcedente;
- 77 - Julgado procedente;
- 78- Julgado procedente em parte;
- 2 - Acórdão publicado;

Deliberou-se também que os seguintes movimentos NÃO DEVEM ser considerados baixa no item, e devem ter algum outro lançamento para que sejam considerados baixados, são eles:

171 - Reunidos os autos;
144 - Apensado ao processo;
9 - Apensado aos autos principais.

Também se decidiu pela alteração dos itens 2.199, 2.200, 2.201, 2.425, 2.434, 2.279, 2.280, 2.282 (e sua nova versão 2.438).

Além disso, esses movimentos devem fazer os processos entrarem nos itens 2.192, 2.193, 2.195 e 2.196.

5. Acórdãos aguardando lavratura – prazo vencido – item 2.211

O item 2.211 não está contando o prazo corretamente (não está considerando os afastamentos nem está sendo contado em dias úteis).

A despeito do item ser excluído na versão 2.0 do Manual, alguns desembargadores estão questionando a atual publicação com ofícios à presidência.

Exemplos: Dr. Flávio Villani Macedo – 0164800-77.2009.5.02.0057 e 000437-49.2015.5.02.0482;

Dr. Valdir Florindo – 00923004320055020060;

Dr. Rafael Pugliese - 0002408-07.2011.5.02.0063 e 0000962-79.2015.5.02.0078.
Deliberou-se que serão efetuadas as alterações para a regularização do item.

6. Consulta de magistrados à E-JUD sobre capacitação no sistema e-Gestão

Alguns magistrados consultaram a escola judicial sobre a possibilidade de realização de capacitação de magistrados e servidores no sistema e-Gestão no segundo semestre de 2018.

Em 2016 foi realizado um curso do sistema e-Gestão pela EJUD com a programação encaminhada naquela época.

7. Pendência com a revisora Dra. Liane Casarin

Os processos 1002324-15.2015.5.02.0709, 1001146-28.2016.5.02.0322, 1001361-64.2015.5.02.0281, entre outros, estão conclusos para revisar (92.179) a SUELI TOMÉ DA PONTE, mas constam no e-Gestão como pendentes a LIANE CASARIN.

A TI irá rodar um script para regularizar a situação dos 117 processos que apresentaram problemas.

8. Movimento “Prejudicado o incidente” não contemplado no extrator para a baixa do incidente

Problema relatado na reunião de 22.02.2018. Acompanhar o JIRA EG-1222.

Foi deliberado pelo envio do complemento ao JIRA EG-1222, que foi efetivado no dia 09 de maio de 2018.

Em 26.06.2018, o JIRA ainda não havia sido apreciado.

9. Recursos com motivo para processar recurso.

Os recursos que estão sendo remetidos a partir da versão 1.16.2 estão sendo preenchidos automaticamente com o motivo para processar recurso. Todavia, as regras de negócio dos itens de recursos pendentes de remessa esperam um motivo específico para cada tipo de recurso (RO, AIRO, etc).

Foi deliberado por abrir nova Issue no gt-Extrator reportando o caso.

10. Remessa diária.

Em homologação a remessa diária foi processada adequadamente. No dia 13.04.2018 será encaminhada para produção para aferição da regularidade.

Os testes foram efetuados com sucesso.

Deliberou-se por enviar as remessas diárias a partir de 1º de agosto.

11. Relatório A.1.3.5 – Vara do Trabalho

Foi verificada inconsistência do relatório A.1.3.5 – Vara do Trabalho do sistema e-Gestão com relação aos “processos conclusos aguardando a prolação de sentença – com prazo vencido”.

O Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT nº 01/2017 estabeleceu que o prazo deveria ser contado, em dias úteis até exauridos os 30 dias referentes ao artigo 775 da CLT e em dias corridos após este período.

O relatório em questão considera o prazo inteiramente em dias úteis a despeito do disposto no Ato.

Foi aberto o chamado EG-2047 para tratar da questão.

Em 09.05.2018, o JIRA ainda não havia sido apreciado.

Em 26.06.2018, o JIRA ainda segue sem resposta.

12. Próxima reunião: 14/08/2018 às 14:30 horas, na sala da Assessoria Estatística e de Gestão de Indicadores no 6º andar do Edifício Millenium.

Encerrada a reunião, foi lavrada a ata, que vai assinada pelos membros do Comitê Gestor Regional do e-Gestão.

**Desembargador JOMAR LUZ DE VASSIMON
FREITAS**

**Juíza ROBERTA CAROLINA DE NOVAES E
SOUZA DANTAS**

Michele Vieira Campos

Milena Almeida Sena Branco

Rita Cristina Guenka

Gustavo Miranda da Silva

Jefferson dos Santos Félix

Maurício Aparecido Accorinti